ParlAmericas

10ª Assembleia Plenária Relatório

San José, Costa Rica
22 a 24 de agosto de 2013

Asamblea Legislativa
de la República de Costa Rica
"El poder de legislar reside en el pueblo"

Foreign Affairs, Trade and Development Canada

Affaires étrangères, Commerce et Développement Canada

Índice

Agradecimentos 3

1 Introdução 4

2 Inauguração oficial 4

3 Primeira sessão da Assembleia Plenária 6

3.1 Confirmação do presidente 6
3.2 Aceitação e comentários da presidente. 7
3.3 Revisão das regras administrativas e aprovação da agenda 7
3.4 Relatório Anual do presidente 7
3.5 Resolução do Conselho de Administração 8
3.6 Informações sobre as eleições 8
3.7 Estabelecimento dos grupos de trabalho 8
3.8 Conferência principal: *Desafios para a realização do Direito à Alimentação no hemisfério* – Dr. Ricardo Rapallo 9

4 Segunda sessão da Assembleia Plenária 10

4.1 Eleições e confirmação da legislatura nacional que receberá a 11ª Assembleia Plenária 10
4.2 Apresentação e considerações das recomendações feitas pelos grupos de trabalho. . 11
Grupo de trabalho 1: *Desenvolvimento dos recursos naturais* 12
Grupo de trabalho 2: *Segurança alimentar* 12
Reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares: *Direitos da mulher e segurança alimentar* 13
4.3 Oferta para sediar o Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares 2014 13
4.4 Considerações do vice-presidente da Assembleia Legislativa da Costa Rica e encerramento da 10ª Assembleia Plenária 13

Apêndices

Apêndice 1 Lista de participantes 15
Apêndice 2 Agenda. 19
Apêndice 3 Relatório Anual do presidente do ParlAmericas 21
Apêndice 4 Resolução adotada durante a 10ª Assembleia Plenária 24
Apêndice 5 Conferência principal sobre o Direito à Alimentação 26
Apêndice 6 Conselho de Administração do ParlAmericas 2013–2014. 27
Apêndice 7 Grupo de trabalho 1: *Desenvolvimento dos recursos naturais* 28
Apêndice 8 Grupo de trabalho 2: *Segurança alimentar* 31
Apêndice 9 Reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares: *Direitos da mulher e segurança alimentar* 35

De acordo com o princípio de economia da linguagem e para evitar repetições que possam gerar dificuldades sintáticas e de concordância, se utilizará no texto o genérico masculino para designar o conjunto, ou seja, a todos os indivíduos, sem distinção de sexo.

Agradecimentos

A Secretaria Internacional do ParlAmericas deseja expressar a sua sincera gratidão à Assembleia Legislativa da Costa Rica. Agradecemos especialmente à deputada María Jeannette Ruiz Delgado, à equipe do Departamento de Relações Públicas, Imprensa e Protocolo e à Comissão Permanente Especial de Relações Internacionais e Comércio Exterior pela sua colaboração na organização da 10ª Assembleia Plenária do ParlAmericas.

Além disso, desejamos expressar o nosso profundo agradecimento aos conferencistas convidados e aos presidentes dos grupos de trabalho pela sua valiosa contribuição durante as diferentes sessões.

Foto oficial dos delegados participantes da 10ª Assembleia Plenária

Redação: Lisane Thirsk

Edição: LIM Consulting Associates

Desenho e diagramação: Christy Hutton Design

Fotografias: © Assembleia Legislativa de Costa Rica

Copyright ParlAmericas 2013

Isenção de responsabilidade: A presente publicação oferece resumos das apresentações dos especialistas que participaram da 10ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, assim como também de determinadas intervenções dos parlamentares que assistiram ao evento. O seu conteúdo não reflete necessariamente as opiniões do ParlAmericas.

1 Introdução

A 10ª Assembleia Plenária do ParlAmericas foi realizada entre os dias 22 e 24 de agosto de 2013, em San José, Costa Rica, e contou com o generoso apoio da Assembleia Legislativa da Costa Rica.

Dentro do marco geral do desenvolvimento econômico, este evento cobriu os temas de segurança alimentar, desenvolvimento dos recursos naturais e direitos das mulheres em relação à segurança alimentar. Contou com a participação de 76 parlamentares que, como delegados oficiais, representaram 24 países-membros das Américas. Também assistiram observadores em representação de instituições como o Banco Mundial e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, a Assembleia Plenária contou com a participação de especialistas baseados em cinco diferentes países das Américas.

A lista de participantes está disponível no Apêndice 1.

2 Inauguração oficial

A inauguração oficial da 10ª Assembleia Plenária foi realizada no Salão de ex-Presidentes da República, na Assembleia Legislativa da Costa Rica.

María Jeannette Ruiz Delgado (Costa Rica)

Palavras de boas-vindas de María Jeannette Ruiz Delgado, deputada da Costa Rica

Jeannette Ruiz, membro do Conselho de Administração do ParlAmericas, deu as boas-vindas aos delegados e expressou a honra e o privilégio de ver em seu país uma representação parlamentar tão diversa. Acrescentou que a Costa Rica tem fortes raízes na participação parlamentar e no diálogo hemisférico e que essas também eram as metas da 10ª Assembleia Plenária. Que os debates durante os próximos dias reforçariam os processos democráticos e permitiriam aos parlamentares servir melhor aos povos das Américas.

Antes de finalizar suas palavras, Jeannette Ruiz explicou a importância da sala na qual a sessão inaugural estava sendo realizada, destacando que apresentava os retratos de cada um dos ex-presidentes da República da Costa Rica.

Mensagem de vídeo do presidente do ParlAmericas, Randy Hoback, membro do Parlamento do Canadá

Randy Hoback enviou uma mensagem de vídeo à Assembleia Plenária já que, por motivo de saúde, estava impossibilitado de participar pessoalmente. No vídeo, expressou sua profunda gratidão aos anfitriões e aos organizadores da plenária. Randy Hoback afirmou que a Assembleia Plenária deste ano marcava um importante marco para o ParlAmericas, dado que por mais de uma década a Instituição havia funcionado como um fórum onde parlamentares de todo o hemisfério participavam de debates francos e abertos sobre temas e práticas de grande importância para as Américas.

Palavras de boas-vindas da presidente interina da Comissão Permanente Especial de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembleia Legislativa da Costa Rica, Ileana Brenes Jiménez, deputada da Costa Rica

Ileana Brenes deu as boas-vindas aos seus colegas parlamentares e demais convidados à sessão inaugural da 10ª Assembleia Plenária e ressaltou a importância dos temas que seriam tratados.

Enfatizou que as mulheres eram amplamente responsáveis pela produção de alimentos em todo o mundo, mas que, no entanto, careciam de um acesso seguro – físico e econômico – à comida. Expressou que as mulheres se viam desproporcionalmente afetadas pela pobreza e pela insegurança alimentar, problemas que se relacionavam com o meio ambiente e com os recursos naturais.

Ileana Brenes Jiménez (Costa Rica)

Ileana Brenes afirmou que, como mulher e como membro do Congresso, esperava olhar para o futuro com a certeza de que estava fazendo todo o possível para melhorar as condições de todas as mulheres e suas famílias, de maneira a assegurar que se avançasse para uma sociedade segura e igualitária. A deputada encerrou o seu discurso desejando aos delegados sucesso para os próximos dias.

Palavras de boas-vindas do secretário-tesoureiro do ParlAmericas, Germán Alcides Blanco Álvarez, vice-presidente da Câmara de Representantes da Colômbia

Germán Blanco cumprimentou seus colegas parlamentares e os palestrantes. Relatou como, 12 anos atrás, um grupo de visionários havia decidido criar um espaço para que os parlamentares das Américas se reunissem. O propósito era duplo: fortalecer os laços de cooperação entre os parlamentos da região e oferecer aos parlamentares conhecimentos e ferramentas para tratar questões de interesse comum. Assim nasceu o Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), que agora é conhecido como ParlAmericas.

Germán Blanco observou que o número de parlamentares registrados na 10ª Assembleia Plenária era um dos mais altos dos últimos cinco anos e agradeceu à Assembleia Legislativa da Costa Rica pelo apoio que tornou isso possível.

Palavras de boas-vindas de Carlos Ricardo Benavides Jiménez, ministro da Presidência da Costa Rica

Carlos Benavides deu as boas-vindas aos delegados em nome do governo e do povo da Costa Rica. Reconheceu as preocupações comuns em relação aos prementes problemas que se tratariam na Assembleia Plenária – como são a insegurança humana, a pobreza, o esgotamento dos recursos e a mudança climática – e o seu potencial para reverter os avanços obtidos no desenvolvimento social. Destacou os desafios que enfrentam as mulheres camponesas da região e a brecha existente entre o reconhecimento e a garantia dos seus direitos. O ministro expressou o seu desejo de que tanto estes problemas como o compromisso para resolvê-los guiassem as reflexões da 10ª Assembleia Plenária.

Carlos Ricardo Benavides Jiménez (Costa Rica)

Palavras de boas-vindas de Luis Fernando Mendoza Jiménez, presidente da Assembleia Legislativa da Costa Rica

Luis Fernando Mendoza deu as boas-vindas aos participantes e expressou o seu agradecimento a Jeannette Ruiz pelo seu comprometido apoio aos parlamentares reunidos na Costa Rica com o objetivo de compartilhar e refletir sobre problemas que afetam a região.

Luis Fernando Mendoza Jiménez (Costa Rica)

Em seus comentários, indicou que o poder legislativo era um instrumento de desenvolvimento e que os parlamentos deveriam ser a expressão máxima dos direitos políticos. Declarou que em tempos de globalização, os legisladores não deveriam perder de vista o bem-estar e que este deveria ser o fator primordial que motiva a busca pelo desenvolvimento econômico.

3 Primeira sessão da Assembleia Plenária

A primeira sessão da 10ª Assembleia Plenária foi celebrada na quinta-feira, 22 de agosto de 2013.

Germán Alcides Blanco Álvarez (Colômbia)

Palavras de boas-vindas do secretário-tesoureiro do ParlAmericas, Germán Alcides Blanco Álvarez, vice-presidente da Câmara de Representantes da Colômbia

Germán Blanco cumprimentou os delegados participantes na primeira sessão da 10ª Assembleia Plenária e lhes agradeceu pela sua assistência. Observou que parlamentares provenientes de 24 dos 35 países-membros tinham se cadastrado para participar da plenária.

Explicou que, no seu papel de secretário-tesoureiro do ParlAmericas e, devido à ausência do presidente, ele estaria representando Randy Hoback.

Germán Blanco destacou a grande importância dos temas que seriam abordados durante a 10ª Assembleia Plenária e acrescentou que, tanto homens quanto mulheres, estavam convidados e eram incentivados a assistir à reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares no marco da Assembleia Plenária.

Ileana Brenes Jiménez (Costa Rica), Pilar Porras Zúñiga (Costa Rica), Marielos Alfaro Murillo (Costa Rica)

Depois de realçar a presença do conferencista principal – Dr. Ricardo Rapallo, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, em inglês) – ele apresentou a agenda para o resto do dia.

3.1 Confirmação do presidente

Germán Blanco começou a sessão solicitando a confirmação de quem presidiria a plenária. Segundo especificam os Regulamentos do

ParlAmericas, ao representante parlamentar do país anfitrião ante o Conselho de Administração corresponde agir como presidente da Assembleia Plenária. Desta maneira, Jeannette Ruiz, deputada da Costa Rica, foi confirmada como presidente depois de uma moção apresentada por Ignacio Urrutia Bonilla, deputado do Chile, e apoiada pelo senador Miguel Saguier, do Paraguai.

3.2 Aceitação e comentários da presidente

A presidente Jeannette Ruiz deu as boas-vindas aos parlamentares à primeira sessão da Assembleia Plenária e à cidade de San José. Reiterou que o povo da Costa Rica se sentia orgulhoso da contribuição do país para o mundo: a Costa Rica é um país que investe mais em educação do que em forças armadas, que se gaba de ter um sistema de segurança social digno de ser imitado e que proclama que a paz é o melhor caminho para o desenvolvimento.

Frank Sauerbaum (Chile), Jorge Burgos (Chile), Ramón Barros (Chile)

3.3 Revisão das regras administrativas e aprovação da agenda

A presidente Jeannette Ruiz prosseguiu solicitando a aprovação das regras de procedimento que regulariam a Assembleia Plenária. As regras de procedimento foram adotadas depois de uma moção apresentada pela Dra. Jennifer Simons, presidente da Assembleia Nacional do Suriname, e apoiada por Stephenson King, representante parlamentar de Santa Lúcia.

Em seguida, a presidente apresentou a agenda, que foi aprovada depois de uma moção do deputado chileno Jorge Burgos, apoiada por Adalgisa Pujols, deputada da República Dominicana.

Ver Apêndice 2 para a agenda da 10ª Assembleia Plenária.

3.4 Relatório Anual do presidente

Em nome de Randy Hoback, Germán Blanco apresentou o Relatório Anual do Presidente perante a 10ª Assembleia Plenária. O documento ofereceu uma visão geral das atividades realizadas pelo ParlAmericas durante o ano passado. Estas atividades incluíram um *workshop* intitulado *Os parlamentos e as indústrias extrativas: como melhorar a supervisão e aumentar a colaboração*, realizado em fevereiro de 2013; atividades em colaboração com a OEA, incluindo um projeto para fortalecer as capacidades dos legisladores da América Central, México e República Dominicana (o primeiro de uma série de *workshops* regionais, *A atividade legislativa e as novas alternativas para o combate às drogas*, foi realizado em San José no dia anterior); o Encontro Anual do Grupo de

Cheryl Bazard (As Bahamas)

Mulheres Parlamentares, em maio de 2013; e três reuniões do Conselho de Administração, em fevereiro, maio e agosto de 2013 (a última reunião foi celebrada em conjunto com a 10ª Assembleia Plenária).

Além disso, o relatório descreveu a maneira na qual o ParlAmericas estava ativo em outras áreas, incluindo a aquisição do status de observador ante a União Interparlamentar. Finalmente, Germán Blanco explicou que, recentemente, o Conselho de Administração havia aprovado novos regulamentos institucionais e uma estratégia de financiamento, resultado da busca constante de construir uma base sólida para o futuro e de diversificar as fontes de financiamento com o objetivo de manter as atividades da organização.

O Relatório Anual completo do presidente do ParlAmericas consta no Apêndice 3.

Willyam Tito Valle Ramírez (Peru)

3.5 Resolução do Conselho de Administração

Em seguida, a presidente Jeannette Ruiz apresentou a resolução do Conselho de Administração que continha uma declaração com respeito ao Tratado sobre o Comércio de Armas, um tratado multilateral negociado durante uma conferência celebrada na sede das Nações Unidas. Martha González Dávila, deputada da Nicarágua, leu a declaração em voz alta para o resto dos delegados.

O senador Miguel Saguier, do Paraguai, apresentou a moção para aprovar a resolução e a senadora Cheryl Bazard, das Bahamas, apoiou a proposta. A resolução foi devidamente adotada.

O Apêndice 4 contém o texto completo da resolução adotada.

3.6 Informações sobre as eleições

A presidente explicou que durante a 10ª Assembleia Plenária seriam eleitas duas legislaturas nacionais de cada sub-região (América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul) para ocupar bancas no Conselho de Administração.

Além disso, a presidente explicou que haveria uma eleição para o cargo de presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares. Por outro lado, anunciou que o ParlAmericas estava aceitando expressões de interesse de parte dos parlamentos-membros que desejassem se oferecer para receber a 11ª Assembleia Plenária, em 2014.

Os parlamentares foram informados sobre o processo de candidatura de uma legislatura nacional para servir no Conselho de Administração.

3.7 Estabelecimento dos grupos de trabalho

Tal como foi recomendado pelo Conselho de Administração, a presidente propôs o estabelecimento de dois grupos de trabalho baseados nos dois primeiros subtemas da Assembleia Plenária (Desenvolvimento dos recursos naturais e Segurança alimentar). Os grupos de trabalho se reuniriam em separado para debater e propor recomendações. A Assembleia Plenária aprovou os seguintes grupos de trabalho:

- **Grupo de trabalho 1: *Desenvolvimento dos recursos naturais***

  Presidente: Ignacio Urrutia Bonilla, Deputado, Chile

  Especialistas convidados: Carlos Manuel Rodríguez, *Conservation International* (Conservação Internacional)

  Gleyse Peiter, Rede Nacional de Mobilização Social e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- **Grupo de trabalho 2: *Segurança alimentar***

  Presidente: Hugh Carl Buchanan, Membro do Parlamento, Jamaica

  Especialistas convidados: Xaviera Cabada Barrón, *El Poder del Consumidor* (O Poder do Consumidor)

  Dr. Hugo Melgar-Quiñonez, Universidade McGill

Ignacio Urrutia Bonilla (Chile)

A presidente também deu detalhes sobre a reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares, que se concentraria no terceiro subtema da Assembleia Plenária (Direitos da mulher e segurança alimentar), segundo o seguinte detalhe:

- **Reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares: *Direitos da mulher e segurança alimentar***

  Presidente: Dra. Jennifer Simons, Presidente da Assembleia Nacional, Suriname

  Especialistas convidados: Dra. Cristina Tirado, Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial de Saúde

  Guadalupe Valdez San Pedro, Deputada, República Dominicana, e Coordenadora Regional da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e o Caribe

Especialista Dra. Cristina Tirado (Organização Pan-Americana da Saúde/ OMS)

Conferencista principal Dr. Ricardo Rapallo (FAO)

Os Apêndices 7, 8 e 9 contêm as biografias dos especialistas convidados e um resumo de seus artigos. Para ler os artigos completos acesse www.parlamericas.org.

3.8 Conferência principal: *Desafios para a realização do Direito à Alimentação no hemisfério* – Dr. Ricardo Rapallo

A presidente apresentou o Dr. Ricardo Rapallo, que agradeceu em nome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) pelo convite para participar da 10ª Assembleia Plenária do ParlAmericas.

O Dr. Rapallo reconheceu a importância de incluir o tema da segurança alimentar na agenda do trabalho legislativo do hemisfério. Depois de apresentar uma visão geral do problema da insegurança alimentar na América Latina e o Caribe, ele destacou os desafios para tornar efetivo o Direito à Alimentação. Para delinear as raízes do problema, ele citou estudos – realizados pela FAO e por outras organizações – sobre desnutrição, desnutrição crônica em crianças e o crescimento da obesidade ao longo dos anos. O Dr. Rapallo propôs enfrentar este problema com uma resposta de duas vias: 1) políticas públicas com um enfoque baseado nos direitos e 2) legislação sobre o Direito à Alimentação.

Depois de que vários parlamentares manifestaram as suas ideias sobre o tema, a primeira sessão da 10ª Assembleia Plenária foi finalizada. As delegações foram convidadas à reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares e, posteriormente, os participantes foram convocados a formar os grupos de trabalho que debateriam cada subtema.

O Apêndice 5 contém a biografia do Dr. Ricardo Rapallo e um resumo da conferência principal.

Ada Rosa Iturrez de Cappellini (Argentina), Nora Videla (Argentina)

4 Segunda sessão da Assembleia Plenária

A segunda e última sessão da 10ª Assembleia Plenária foi realizada na manhã do sábado, 24 de agosto de 2013. A presidente Jeannette Ruiz abriu a sessão destacando que os debates realizados durante os dias anteriores haviam sido muito interessantes e haviam revelado que os parlamentos-membros do ParlAmericas estavam enfrentando problemas similares. Observou que as discussões permitiram que os parlamentares refletissem sobre os modelos que não estão funcionando, assim como os pontos fortes em comum.

Gina Hill (Secretaria Internacional)

4.1 Eleições e confirmação da legislatura nacional que receberá a 11ª Assembleia Plenária

A presidente convidou Gina Hill, Diretora Geral do ParlAmericas, para que desse prosseguimento aos procedimentos de eleição dos membros para o Conselho de Administração e para o cargo de presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares.

Primeiramente, Gina Hill recapitulou o processo realizado para ocupar a vaga de vice-presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares. O mandato deste cargo seria de um ano e completaria o período da vice-presidente que se afastara para concorrer à presidência do Grupo. O cargo foi ocupado de acordo com o processo eleitoral estipulado pelos Regulamentos do ParlAmericas, ou seja, durante a reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares celebrada no dia anterior. Gina Hill anunciou que Martha González Dávila, deputada da Nicarágua, fora aclamada como nova vice-presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares por um período de um ano.

Em seguida, Gina Hill passou às eleições para o Conselho de Administração e anunciou que nesta Assembleia Plenária o Conselho apresentava duas vagas para cada sub-região. Nas três sub-regiões, cinco legislaturas nacionais foram eleitas por aclamação enquanto que um posto permaneceu disponível, como se apresenta a seguir:

SUB-REGIÃO	LEGISLATURAS NACIONAIS
América do Norte	México | (Vago)
América Central	Costa Rica | Guatemala
Caribe	As Bahamas | República Dominicana

Ao finalizar o prazo para a apresentação de candidaturas, cinco legislaturas nacionais haviam se candidatado para ocupar bancas no Conselho pela sub-região da América do Sul. Depois da votação ter chegado a um empate entre Argentina, Brasil e Chile, Ignacio Urrutia pediu a palavra e, em nome do Chile, retirou a candidatura e anunciou o oferecimento desse país para servir de Anfitrião da 11ª Assembleia Plenária, que será realizada em 2014.

Como consequência da saída do Chile, os resultados da eleição para a sub-região da América do Sul foram os seguintes:

SUB-REGIÃO	LEGISLATURAS NACIONAIS
América do Sul	Argentina | Brasil

Posteriormente, celebrou-se a eleição para o cargo de presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares. A Dra. Jennifer Simons foi eleita presidente, superando a outra candidatura. Como presidente do Grupo, também agirá como segunda vice-presidente do Conselho de Administração.

Em nome da Secretaria Internacional, Gina Hill afirmou que o ParlAmericas desejava ansiosamente começar a trabalhar com os representantes recentemente eleitos e mostrou a sua gratidão pelo oferecimento da legislatura nacional do Chile para receber a 11ª Assembleia Plenária.

Veja no Apêndice 6 a lista dos novos membros do Conselho de Administração.

Marcela Revollo Quiroga (Bolívia)

4.2 Apresentação e considerações das recomendações feitas pelos grupos de trabalho

A presidente Jeannette Ruiz tomou novamente a palavra e agradeceu a Gina Hill por ter orientado o processo eleitoral. Comentou que os resultados da eleição refletiam a diversidade na representação perante o Conselho de Administração e destacou que as eleições foram realizadas de forma democrática. Também felicitou as legislaturas nacionais eleitas, assim como também a Dra. Jennifer Simons e Martha González.

Em seguida, Jeannette Ruiz convidou os presidentes dos grupos de trabalho a fazerem uma síntese dos debates realizados durante as sessões dos grupos e a apresentarem as recomendações elaboradas pelos participantes. As recomendações de cada grupo foram levadas à Assembleia Plenária para a sua consideração.

Grupo de trabalho 1: *Desenvolvimento dos recursos naturais*

Ignacio Urrutia, presidente do Grupo de Trabalho 1, expôs uma breve resenha das conversações mantidas durante as sessões sobre o desenvolvimento dos recursos naturais. Reconheceu a valiosa orientação recebida por parte dos especialistas convidados e apresentou as cinco recomendações acordadas pelo grupo.

Especialista Gleyse Peiter (Rede Nacional de Mobilização Social e CONSEA), Ignacio Urrutia Bonilla (Chile)

As recomendações destacam o potencial das regulações e das políticas para garantir especificamente a proteção e a recuperação ambiental e, de maneira mais geral, a inclusão social e o desenvolvimento econômico sustentável. As recomendações também fazem um apelo à ação de múltiplas frentes, onde se incluem as práticas agrícolas, os regimes impositivos, os planos de gestão de terras e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Além disso, advogam pela incorporação da perspectiva de gênero na criação de leis, de maneira que as mulheres adquiram mais visibilidade nas políticas e nas leis ambientais.

As recomendações foram aprovadas por unanimidade e sem emendas.

Especialista Xaviera Cabada Barrón (El Poder del Consumidor), Hugh Carl Buchanan (Jamaica), Especialista Dr. Hugo Melgar-Quiñonez (Universidade McGill)

Grupo de trabalho 2: *Segurança alimentar*

Hugh Carl Buchanan presidiu o Grupo de Trabalho 2, que analisou as graves questões de saúde pública como a desnutrição, a subnutrição, a obesidade, a diabetes e outras doenças crônicas relacionadas com pressões econômicas e sociais. O presidente informou à plenária que o grupo havia tido uma produtiva série de debates e havia se beneficiado das contribuições dos especialistas convidados. Depois, informou as seis recomendações resultantes das discussões.

As recomendações fomentam campanhas e mecanismos de conscientização para que as famílias, as escolas e as comunidades promovam hábitos de alimentação saudáveis e deem informações sobre alimentos não recomendáveis. Além disso, priorizam o direito das mulheres e dos bebês à amamentação e a necessidade de normas para impedir a venda e a promoção de produtos não saudáveis nas escolas.

As recomendações instam os parlamentares a reafirmarem seu compromisso para com a segurança alimentar e nutricional e a continuarem as discussões dentro das suas respectivas legislaturas nacionais. O objetivo deve ser chegar à raiz do problema da insegurança alimentar por meio da promoção de designações orçamentárias e de centros de pesquisa científica que garantam e fomentem a implementação de políticas de segurança alimentar.

As recomendações foram adotadas com uma pequena modificação para o esclarecimento de significado do termo em espanhol *comida chatarra* ("junk food").

Reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares: *Direitos da mulher e segurança alimentar*

A Dra. Jennifer Simons, presidente da reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares, observou que as conversas durante a reunião revelaram as barreiras que ainda existem para as mulheres na área da segurança alimentar. Apresentou as recomendações que haviam sido acordadas entre os participantes sobre a questão dos direitos da mulher em relação ao tema.

Dra. Jennifer Simons (Suriname)

As recomendações enfatizam a necessidade de reafirmar o compromisso político, incluindo os marcos regulatórios, para a luta contra a fome e a favor do Direito à Alimentação, com especial foco nas mulheres. Também recomendam investir no levantamento de informação e no desenvolvimento de indicadores que permitam aos formuladores de políticas garantirem os direitos das mulheres em relação à segurança alimentar e nutricional.

As recomendações foram adotadas por unanimidade e sem emendas.

Veja nos Apêndices 7, 8, e 9 o conteúdo das recomendações dos grupos de trabalho e da reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares.

4.3 Oferta para sediar o Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares 2014

Os delegados participaram de um processo de avaliação da Assembleia Plenária que servirá para o planejamento de futuros eventos. A presidente deu a palavra a Martha González, a nova vice-presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, que propôs que a Nicarágua recebesse o próximo Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares, em 2014. O oferecimento foi aceito com entusiasmo pelos delegados da Assembleia Plenária.

A Dra. Jennifer Simons, recentemente eleita presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, também fez uso da palavra para agradecer a todos aqueles que haviam participado dos debates nos dias anteriores. Agradeceu também pela confiança na sua capacidade e afirmou o seu compromisso de desempenhar-se bem no cargo de presidente do Grupo.

4.4 Considerações do vice-presidente da Assembleia Legislativa da Costa Rica e encerramento da 10ª Assembleia Plenária

A presidente Jeannette Ruiz comentou sobre como havia sido agradável a experiência da plenária na sua totalidade.

Em seguida, Germán Blanco falou em nome do Conselho de Administração do ParlAmericas. Agradeceu aos participantes e observou que o alto número de parlamentares presentes era

uma conquista significativa para a organização. Concordou que as discussões mantidas pelos grupos de trabalho haviam sido construtivas e desejou sucesso aos seus colegas parlamentares no trabalho legislativo a realizar nos seus respectivos países de origem. Finalmente, Germán Blanco agradeceu a todos os que contribuíram para o sucesso da plenária.

Claudio Perdomo (Honduras)

A presidente convidou Carlos Avendaño Calvo, vice-presidente da Assembleia Legislativa da Costa Rica, a apresentar suas considerações e encerrar a plenária em nome da legislatura nacional anfitriã.

Carlos Avendaño dirigiu-se à 10ª Assembleia Plenária declarando que era uma honra encerrar a reunião. Afirmou que o trabalho dos parlamentares deveria enfocar-se na busca do bem-estar social que segue lado a lado com o desenvolvimento econômico. Depois de falar sobre os desafios da região com respeito à insegurança alimentar e à destruição ambiental, Carlos Avendaño disse que acreditava firmemente que eventos como a presente plenária facilitavam a transformação dessas realidades negativas. Expressou seu agradecimento pela participação de seus colegas parlamentares nas discussões e manifestou que se sentia esperançoso com relação ao futuro de seus países e de toda a humanidade.

Para concluir, a presidente Jeannette Ruiz tomou a palavra para agradecer aos funcionários do hotel, da Assembleia Legislativa da Costa Rica, à Secretaria Internacional do ParlAmericas, aos especialistas dos grupos de trabalho, aos tradutores e intérpretes, aos observadores e, finalmente, aos parlamentares por terem viajado à Costa Rica e participado das atividades da plenária. A presidente incentivou os parlamentares a compartilharem os resultados da 10ª Assembleia Plenária e a coloca-los em prática.

Com esta conclusão, a 10ª Assembleia Plenária foi oficialmente encerrada.

Rudolf Zeeman (Suriname), Refano Wongsoredjo (Suriname), Jenny Warsodikromo (Suriname)

Apêndices

Apêndice 1 • Lista de participantes

DELEGADOS

Argentina
Alicia Marcela Comelli, Deputada
Elena Corregido, Senadora
Olga Elizabeth Guzmán, Deputada
Graciela Iturraspe, Deputada
Ada Rosa Iturrez de Cappellini, Senadora
María Cristina Regazzoli, Deputada
Nora Videla, Deputada
José Antonio Vilariño, Deputado

As Bahamas
Cheryl Bazard, Senadora

Belize
Herman Longsworth, Membro da Câmara de Representantes
Gerardo Marconi Sosa, Senador
Michael Peyrefitte, Presidente da Câmara de Representantes

Bolívia
Marcela Revollo Quiroga, Deputada

Brasil
Elcione Barbalho, Deputada
Vanessa Grazziotin, Senadora

Canadá
Earl Dreeshen, Membro do Parlamento
Michael L. MacDonald, Senador
François Pilon, Membro do Parlamento
Lise St-Denis, Membro do Parlamento

Chile
Ramón Barros, Deputado
Jorge Burgos, Deputado
Celso Morales, Deputado
María Antonieta Saa, Deputada
Frank Sauerbaum, Deputado
Ignacio Urrutia Bonilla, Deputado

Colômbia
Germán Alcides Blanco Álvarez, Representante
César Franco, Representante

Costa Rica
Marielos Alfaro Murillo, Deputada
Gustavo Arias Navarro, Deputado

Ileana Brenes Jiménez, Deputada
María Julia Fonseca Solano, Deputada
Carlos Góngora Fuentes, Deputado
Luis Fernando Mendoza Jiménez, Presidente da Assembleia Legislativa
Pilar Porras Zúñiga, Deputada
María Jeannette Ruiz Delgado, Deputada
Elibeth Venegas Villalobos, Deputada

Cuba
Gladys López Bejerano, Deputada

El Salvador
Antonio Almendáriz, Deputado
Blanca Noemí Coto Estrada, Deputada
Margarita Escobar, Deputada
Benito Lara, Deputado
Silvia Ostorga, Deputada
Sigfrido Reyes, Presidente da Assembleia Legislativa

Guatemala
Aracely Chavarría Cabrera, Deputada
Mirma Figueroa de Coro, Deputada
Oliverio García Rodas, Deputado
Mauro Guzmán Mérida, Deputado

Haiti
Jean-Baptiste Bien-Aimé, Senador
Simon Dieuseul Desras, Presidente do Senado

Honduras
Julio César Gámez, Deputado
Claudio Perdomo, Deputado

Jamaica
Hugh Carl Buchanan, Membro do Parlamento

México
Adriana González Carrillo, Deputada
Marcela Guerra Castillo, Senadora
Margarita Licea González, Deputada
Cristina Olvera Barrios, Deputada

Nicarágua
Martha González Dávila, Deputada
Filiberto Rodríguez, Deputado

Paraguai
Emilia Alfaro de Franco, Senadora
José Manuel Bóbeda, Senador
Pablino Rodríguez Arias, Deputado
Miguel Saguier, Senador
Luis Alberto Wagner Lezcano, Senador

Peru
Ana María Solórzano Flores, Congressista
Willyam Tito Valle Ramírez, Congressista

República Dominicana
Yuderka De la Rosa, Deputada
Adalgisa Fátima Pujols, Deputada
Guadalupe Valdez San Pedro, Deputada

Santa Lúcia
Stephenson King, Representante Parlamentar

Suriname
Dra. Jennifer Simons, Presidenta da Assembleia Nacional
Jenny Warsodikromo, Membro da Assembleia Nacional
Refano Wongsoredjo, Membro da Assembleia Nacional
Rudolf Zeeman, Membro da Assembleia Nacional

Uruguai
Graciela Cáceres, Representante

Venezuela
Jesús Cepeda, Deputado
Zulay Martínez, Deputada

OBSERVADORES

Banco Mundial
Mozammal Hoque, Especialista Sênior em Gestão Financeira

Organização dos Estados Americanos
Moisés Benamor, Especialista em Assuntos Políticos

ESPECIALISTAS E OUTROS CONVIDADOS

Câmara dos Deputados, República Dominicana
Guadalupe Valdez San Pedro, Deputada e
Coordenadora Regional da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e o Caribe

***Conservation International* (Conservação Internacional)**
Carlos Manuel Rodríguez, Vice-presidente de Políticas de Conservação

***El Poder del Consumidor* (O Poder do Consumidor)**
Xaviera Cabada Barrón, Coordenadora

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Dr. Ricardo Rapallo, Oficial em Segurança Alimentar, Escritório Regional para a América Latina e o Caribe

Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial de Saúde
Dra. Cristina Tirado, Assessora em Inocuidade Alimentar

Rede Nacional de Mobilização Social e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Gleyse Peiter, Secretária-Executiva

Universidade McGill
Dr. Hugo Melgar-Quiñonez, Diretor, *Institute for Global Food Security*
(Instituto para a Segurança Alimentar Global)

SECRETARIA INTERNACIONAL DO PARLAMERICAS
Gina Hill, Diretora Geral
Viviane Rossini, Gerente de Projeto
Marcelo Virkel, Coordenador de Projetos
Katie Hermon, Consultora do Grupo de Mulheres Parlamentares
Lisane Thirsk, Encarregada de Comunicações

Blanca Noemí Coto Estrada (El Salvador)

Apêndice 2 • Agenda

Quarta-feira, 21 de agosto de 2013

18:00 - 21:00	**Inauguração oficial e recepção de boas-vindas da 10ª Assembleia Plenária na Assembleia Legislativa de Costa Rica**
	• Palavras de boas-vindas

Quinta-feira, 22 agosto de 2013

09:15 - 10:00	**Primeira sessão da Assembleia Plenária**
	• Aprovação da agenda
	• Relatório Anual do presidente do ParlAmericas
	• Apresentação do(a) presidente da 10ª Assembleia Plenária
	• Apresentação de resoluções por parte do Conselho de Administração
	• Definição dos grupos de trabalho
10:00 - 10:15	Fotografia oficial
10:30 - 11:30	**Apresentação do conferencista principal**
	Dr. Ricardo Rapallo (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
11:30 - 13:30	***Reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares.*** Sessão 1
	Tema: Direitos da mulher e segurança alimentar
	Especialista: Dra. Cristina Tirado (Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial de Saúde)
	Conferencista: Deputada da República Dominicana; Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e o Caribe)
13:30 - 14:30	Almoço
14:30 - 17:00	***Sessões dos grupos de trabalho.*** Sessão 1
	GT1. Tema: Desenvolvimento dos recursos naturais
	*Especialistas: Carlos Manuel Rodríguez (*Conservation International; *Conservação Internacional*) / *Gleyse Peiter* (*Rede Nacional de Mobilização Social e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*)
	GT2. Tema: Segurança alimentar
	*Especialistas: Xaviera Cabada Barrón (*El Poder del Consumidor*; O Poder do Consumidor) / Dr. Hugo Melgar-Quiñonez (Universidade McGill)*
19:00 - 21:30	Jantar

Sexta-feira, 23 de agosto de 2013

08:30 - 11:00	***Reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares.*** Sessão 2
11:15 - 13:30	***Sessões dos grupos de trabalho.*** Sessão 2
13:30 - 15:00	Almoço
15:00 - 16:45	***Sessões dos grupos de trabalho***. Sessão 3
20:00 - 22:00	Jantar

Sábado, 24 de agosto de 2013

09:00 - 12:30 **Segunda sessão da Assembleia Plenária**

- Eleições
- Apresentação e análise das recomendações dos grupos de trabalho
- Análise das resoluções/recomendações apresentadas pelo Conselho de Administração e pelos participantes
- Designação do país anfitrião da 11ª Assembleia Plenária
- Resultados das eleições
- Cerimônia de encerramento

12:30 - 14:00	Almoço
14:00 - 18:00	Atividade turística

Jesús Cepeda (Venezuela), Zulay Martínez (Venezuela)

Apêndice 3 • Relatório Anual do presidente do ParlAmericas

O presente relatório é uma oportunidade para compartilhar com os senhores e as senhoras um resumo do trabalho desenvolvido pelo ParlAmericas no período 2012-2013. Mantivemos uma intensa atividade desde a nossa última Assembleia Plenária, na Cidade do Panamá, Panamá, em setembro de 2012. A seguir incluímos alguns dos aspectos que merecem destaque.

Treinamento para os Parlamentares: Workshop *Parlamentos e indústrias extrativas*

Em fevereiro deste ano, o ParlAmericas ofereceu um *workshop* regional de dois dias denominado *Parlamentos e indústrias extrativas: como melhorar a supervisão e aumentar a colaboração*, que foi realizado em Bogotá, Colômbia, e contou com a participação de 17 parlamentares de sete países hispano-falantes da América do Sul. Revenue Watch facilitou o *workshop* com o objetivo concreto de criar um espaço para que os parlamentares e os especialistas no assunto analisassem as funções e as ações das legislaturas nacionais em relação às atividades extrativas.

Os debates foram enriquecedores e o *workshop* se traduziu em recomendações integrais desenvolvidas pelos assistentes que, posteriormente, foram compartilhadas com os parlamentos dos 35 países que formam o ParlAmericas. Na nossa página web está disponível o relatório completo em espanhol.

Colaboração com a OEA

Desde que o ParlAmericas assinou um Memorando de Entendimento com a OEA, em 2012, as duas organizações têm analisado oportunidades para colaborar em iniciativas de programação para os parlamentares. O ParlAmericas está apoiando um programa conjunto com a OEA para fortalecer as capacidades dos legisladores da América Central, do México e da República Dominicana. O projeto prevê a realização de *workshops* nacionais em cada um dos nove países da sub-região, assim como dois seminários regionais.

De fato, o primeiro desses seminários foi realizado ontem aqui, San José, intitulado *A Atividade Legislativa e as Novas Alternativas para o Combate às Drogas*. O ParlAmericas tem o prazer de trabalhar com a OEA para levar essas importantes questões aos parlamentares e aguarda ansiosamente o lançamento do restante das atividades do projeto.

Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares

Em maio, o Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas celebrou o seu Encontro Anual na Assembleia do Suriname, em Paramaribo, o qual contou com a presença de inúmeros participantes. A atividade intitulada *Mulheres no poder: mudanças recentes no cenário político* foi assistida por 53 parlamentares de 21 países e contou com palestrantes do Caribe, da América Central e da América do Sul. A seguir, detalhamos os assuntos analisados no transcurso do Encontro:

- Mulheres presidentes de legislaturas nacionais
- Liderança e participação política de mulheres afrodescendentes
- Incidência da participação feminina na política

O Grupo de Mulheres Parlamentares também se reunirá no transcurso desta Assembleia Plenária, de modo que convido a cada um dos senhores e senhoras a participar das sessões.

Reunião do Conselho de Administração

Desde a última Assembleia Plenária, o Conselho de Administração se reuniu em três oportunidades: em Medellín (Colômbia) em fevereiro; em Paramaribo (Suriname) em maio; e aqui, em San José, antes deste evento.

O Conselho concentrou os seus esforços para garantir que o ParlAmericas tenha uma base sólida sobre a qual construir o seu futuro. Para tanto, realizamos uma modificação integral no nosso Regulamento Institucional, que foi aprovada pelo Conselho no mês de maio. O novo Regulamento é uma ferramenta de governança ampla que estará disponível a partir de outubro de 2013, data em que entrará em vigor.

Além disso, o Conselho também analisou com detalhes a nossa situação financeira e, em vista do financiamento que a organização recebe em virtude da finalização do atual projeto da ACDI, foi aprovada uma Estratégia de Financiamento para a organização, que nos permitirá buscar e obter os recursos financeiros necessários para continuar com o trabalho da rede do ParlAmericas.

Ademais, o Conselho de Administração trabalhou para preparar esta Assembleia Plenária e desenvolveu tarefas de governança fundamentais, tais como supervisionar as atividades e as finanças do ParlAmericas, participar de eventos e diálogos hemisféricos e chegar a parlamentares de todo o continente americano.

Participação no diálogo hemisférico

Além das atividades já mencionadas, o ParlAmericas teve uma participação ativa em outros âmbitos, entre os quais estão a sua nova qualidade de Observador da União Interparlamentar e a participação na UIP, no Equador, em março deste ano. Muitos membros do Conselho de Administração interagiram periodicamente com representantes diplomáticos dos países-membros do ParlAmericas, recebemos colegas de outros parlamentos e participamos de reuniões bilaterais com estes, sempre que se mostrou ocasião.

Operações e finanças

Por último, tenho o prazer de informar-lhes sobre a nossa situação operacional e financeira. O ParlAmericas tem um pequeno escritório com quatro funcionários em Ottawa, Canadá. Os membros da equipe se encontram aqui em San José, de modo que não hesitem contatá-los.

Atualmente, as nossas operações e atividades são financiadas a partir de duas fontes principais:

- um projeto plurianual pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI),[1] e
- as contribuições anuais pagas pelos parlamentos que os senhores e as senhoras representam.

1 Agora conhecido como Departamento de Relações Exteriores, Comércio e Desenvolvimento do Canadá (*Department of Foreign Affairs, Trade and Development Canada*).

O financiamento que recebemos atualmente da ACDI se concluirá em dezembro de 2014. Sabendo disso, o Conselho de Administração aprovou recentemente uma Estratégia de Financiamento, ao mesmo tempo em que continuamos procurando diversificar as fontes de fundos para manter as nossas atividades. Não obstante, as cotas que recebemos dos nossos países-membros são cruciais para as nossas operações e estamos muito agradecidos a todos que as pagam em dia. Aproveito a oportunidade para incentivar a cada um dos senhores e das senhoras a fazerem o possível para garantir que os seus Parlamentos paguem a totalidade das cotas pendentes dos anos anteriores, assim como também as correspondentes ao ciclo 2013-2014, já que esses fundos se dedicam a atividades como esta Assembleia Plenária.

Também estendemos o nosso agradecimento aos parlamentos-membros que nos apoiam ao serem sede de eventos. Continua aberta a recepção de indicações para ser a sede da 11ª Assembleia Plenária e do Encontro de Mulheres Parlamentares de 2014. São atividades que podem chamar muito a atenção da sua assembleia e, cabe destacar, que os anfitriões anteriores qualificaram a experiência como muito positiva.

O ParlAmericas se transformará em uma rede mais sólida à medida que mais parlamentares sejam incluídos ao debate. Para isso, precisamos de seu apoio. Espero que a sua participação nesta reunião os inspire a continuar trabalhando com seus colegas de parlamento de todo o continente americano.

Randy Hoback, Membro do Parlamento
Parlamento do Canadá
Presidente do ParlAmericas

Apêndice 4 • Resolução adotada durante a 10ª Assembleia Plenária

Resolução ParlAmericas/PA10/2013/RES.1: Declaração relativa ao Tratado sobre o Comércio de Armas

Projeto apresentado pelo Conselho de Administração do ParlAmericas, 24 de agosto de 2013.

CONSIDERAÇÕES

Orientados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas,

Recordando o artigo 26 da Carta das Nações Unidas, que tem por objeto promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais com o menor desvio possível de recursos humanos e econômicos do mundo com respeito aos armamentos,

Orientados pelo artigo 3º, inciso i) dos Princípios da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), que estabelece: "As controvérsias de caráter internacional, que surgirem entre dois ou mais Estados americanos, deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos,"

Levando em consideração que o ParlAmericas tem entre os seus objetivos contribuir para o desenvolvimento do diálogo interparlamentar, tratando temas da agenda hemisférica e ajudar a fortalecer o papel do poder legislativo na democracia e na promoção e na defesa da democracia e dos direitos humanos,

Destacando a necessidade de prevenir e eliminar o tráfico ilícito de armas convencionais e de evitar o seu desvio ao mercado ilícito ou para usos e usuários finais não autorizados, em particular para cometer atos terroristas,

Reconhecendo os interesses legítimos de ordem política, econômica, comercial e de segurança dos Estados em relação com o comércio internacional de armas convencionais,

Reafirmando o direito soberano de todo Estado de regular e controlar, conforme o seu próprio sistema jurídico ou constitucional, as armas convencionais que se encontrem exclusivamente no seu território,

Reconhecendo que a paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos são pilares do sistema das Nações Unidas e servem de fundamento à segurança coletiva, e que o desenvolvimento, a paz e a segurança e os direitos humanos estão inter-relacionados e se reforçam mutuamente,

Recordando as Diretrizes da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas sobre transferências internacionais de armas, no contexto da resolução 46/36H da Assembleia Geral, de 6 de dezembro de 1991,

Observando a contribuição realizada pelo Programa de Ação das Nações Unidas para prevenir, combater e eliminar o tráfico ilícito de armas pequenas e leves em todos os seus aspectos, assim como o Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, peças e componentes, e munições, que complementa a Convenção das Nações Unidas contra a Delinquência Organizada Transnacional, e o Instrumento internacional para permitir que os Estados identifiquem e localizem, de forma oportuna e fidedigna, armas pequenas e armas leves ilícitas,

Reconhecendo as consequências sociais, econômicas, humanitárias e de segurança do tráfico ilícito e não regulado de armas convencionais,

Levando em consideração que a grande maioria das pessoas afetadas pelos conflitos armados e pela violência armada é civil, em particular mulheres e crianças,

Reconhecendo também as dificuldades que as vítimas dos conflitos armados enfrentam e a sua necessidade de receber um grau adequado de atenção, reabilitação e reinserção social e econômica,

Conscientes também do papel que podem desempenhar as organizações regionais na prestação de assistência aos Estados-Partes e, em particular, do dever do ParlAmericas de promover a harmonização da legislação e o desenvolvimento da legislação entre os estados-membros,

Notando que no dia 2 de abril do presente ano, com 154 votos favoráveis, três contrários e várias abstenções, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o Tratado sobre o Comércio de Armas,

A Assembleia Plenária do ParlAmericas

RESOLVE:

1. Instar os parlamentos-membros do ParlAmericas a adotar o Tratado sobre o Comércio de Armas, recentemente aprovado pela Organização das Nações Unidas,

2. Comunicar esta resolução a cada parlamento-membro.

Apêndice 5 • Conferência principal sobre o Direito à Alimentação

Dr. Ricardo Rapallo, Oficial em Segurança Alimentar, Escritório Regional para a América Latina e o Caribe, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Biografia

O Dr. Rapallo é Oficial em segurança alimentar na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no escritório regional para a América Latina e o Caribe, e é Coordenador do Projeto de Apoio à Iniciativa para a América Latina e o Caribe sem Fome. Ele é engenheiro agrônomo e doutor pela Universidade Politécnica de Madri. Começou a trabalhar na FAO em 2004, como consultor na representação da FAO na Guatemala, onde apoiou o Programa Especial para a Segurança Alimentar (PESA). A partir do ano 2009 se desempenhou no escritório sub-regional da FAO para a América Central, como Oficial Profissional Associado de Assistência para as Políticas. Pouco depois, em 2011, assumiu como Oficial de Segurança Alimentar na Direção de Economia Agrícola e do Desenvolvimento (ESA), em Roma.

Desafios para a realização do Direito à Alimentação no hemisfério

A seguir, um resumo da conferência principal. Para ver a apresentação de PowerPoint que acompanhou esta palestra, visite www.parlamericas.org.

As causas da fome são próprias de cada país e, dentro de cada país, diferem nas distintas comunidades ou regiões. Ao falar em termos agregados perdem-se de vista as situações de populações vulneráveis (indígenas, afrodescendentes, mulheres, camponeses), mas a tendência é a mesma em todos os países da região: houve avanços entre o momento em que começaram a medir os indicadores relacionados com os objetivos de desenvolvimento do milênio (1990) e a situação do ano de 2012.

A América é uma região bem-sucedida na hora de produzir alimentos: produz muito mais do que necessita para alimentar-se. O principal problema que identificamos na região é o acesso, ou seja, a disponibilidade de recursos financeiros para poder adquirir os alimentos. E neste sentido, os índices de pobreza, pobreza extrema e indigência que a região continua manifestando são excessivamente altos em comparação com o clima positivo de crescimento econômico. Ainda que haja alguns países que se desviam da norma, na América Latina e no Caribe a correlação entre pobreza extrema e subalimentação é bastante direta.

Se analisarmos os progressos realizados nesta região em matéria de compromisso político, mecanismos de governança e políticas públicas para segurança e/ou soberania alimentar, podemos dizer que houve grandes esforços nos últimos 10 anos. Os países que mais estão avançando o fazem através do fomento da agricultura familiar, do campesinato, do pequeno produtor. Também se devem destacar o auge dos programas de alimentação escolar e as políticas de proteção social.

É necessário destacar que, se bem uma lei de segurança alimentar seja fundamental, em muitos casos não é suficiente para garantir a segurança e/ou a soberania alimentar. Portanto, é necessário desenvolver outras normas complementares como as leis de acesso a fatores produtivos (leis de águas, leis de terra, leis de sementes, leis de financiamento agrícola), as leis de eficiência e transparência das cadeias agroalimentares e as leis que promovem hábitos saudáveis e que regulam a publicidade.

Apêndice 6 • Conselho de Administração do ParlAmericas 2013–2014

CARGO	INDIVÍDUO[2]	LEGISLATURA NACIONAL	MANDATO
Eleitos na 10ª Assembleia Plenária			
Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares e 2ª Vice-presidente	Dra. Jennifer Simons, Presidente da Assembleia Nacional	Suriname	2013-2015
América do Norte	Marcela Guerra Castillo, Senadora	México	2013-2015
América do Norte		Vago	2013-2015
América Central	María Jeannette Ruiz Delgado, Deputada	Costa Rica	2013-2015
América Central	Mirma Figueroa de Coro, Deputada	Guatemala	2013-2015
Caribe	A confirmar	As Bahamas	2013-2015
Caribe	A confirmar	República Dominicana	2013-2015
América do Sul	A confirmar	Argentina	2013-2015
América do Sul	Humberto Costa, Senador	Brasil	2013-2015
Anfitrião da 11ª Assembleia Plenária	Ignacio Urrutia Bonilla, Deputado	Chile	2013-2014
Posições com Mandatos em Continuação			
Presidente	Randy Hoback, Membro do Parlamento	Canadá	2011-2014
1º Vice-presidente	Víctor Juliao III, Deputado	Panamá	2011-2014
América do Norte	Michael L. MacDonald, Senador	Canadá	2012-2014
América Central		Vago	2012-2014
Caribe	Hugh Carl Buchanan, Membro do Parlamento	Jamaica	2012-2014
América do Sul	Germán Alcides Blanco Álvarez, Representante	Colômbia	2012-2014
Presidente Anterior	Luiz Carlos Hauly, Deputado	Brasil	2013-2014
Diretora Geral	Gina Hill	Secretaria Internacional	

2 Indivíduos confirmados até a publicação do relatório

Apêndice 7 • Grupo de trabalho 1: *Desenvolvimento dos recursos naturais*

Presidente: Ignacio Urrutia Bonilla, Deputado (Chile)

1 Principais tópicos:

- Eficiência energética e energias renováveis
- Gestão regional e meios de vida sustentáveis
- Dinâmica do uso da terra e biodiversidade
- Proteção dos recursos naturais e governança

2 Especialista convidado: Carlos Manuel Rodríguez, Vice-presidente de Políticas de Conservação, *Conservation International* (Conservação Internacional)

Biografia

O Sr. Rodríguez foi Ministro de Meio Ambiente e Energia do Governo da Costa Rica e é o atual Vice-presidente de Políticas de Conservação na Conservation International *(CI). Nesta função ele tem a responsabilidade pela direção estratégica e pela liderança da equipe que fornece ideias e influencia nas políticas bilaterais, multilaterais e internacionais que estabelecem o nexo entre bem-estar humano, desenvolvimento econômico, mudança climática, gestão de ecossistemas e conservação da biodiversidade. Além deste trabalho conservacionista, o Sr. Rodriguez trabalhou como advogado e se desempenhou em vários cargos políticos na Costa Rica. É reconhecido internacionalmente por promover o valor econômico dos bosques em áreas protegidas, dos bosques privados e das reservas indígenas. Esta estratégia tem dado às comunidades locais incentivos econômicos para o cuidado da natureza.*

Capital natural e crescimento econômico: lições políticas do caso da Costa Rica

A seguir, um resumo do artigo escrito pelo especialista convidado. Para ler o artigo na íntegra, visite www.parlamericas.org.

Nunca antes na história de nossos países tivemos tanto conhecimento sobre o nosso entorno natural, tantas instituições orientadas à sustentabilidade e à pesquisa, tantas normas ambientais, organizações, profissionais e esforços para proteger o meio ambiente como agora, mas paradoxalmente nunca antes tivemos tantos e tão graves problemas ambientais como no presente. Definitivamente algo anda mal. E o irônico de tudo isto é que os governos do mundo aceitaram, e pregam, o discurso da sustentabilidade, mas poucos avanços concretos e sustentáveis refletem uma mudança de direção sobre o problema da destruição do nosso entorno natural.

Sem dúvida, o estado do meio ambiente é o produto direto do modelo de desenvolvimento, mas particularmente dos padrões de consumo e de produção que respondem exclusivamente a metas políticas de crescimento econômico, no qual a variável de sustentabilidade continua sendo um elemento axiológico sem implicações concretas em políticas públicas ou de ações que superem escalas menores que não incidem nas necessidades de reformas estruturais.

Até corrigirmos tanto as deficiências institucionais, como as do mercado, os esforços empenhados para reverter a alta deterioração do nosso entorno natural não serão bem-sucedidos e com o impacto que a comunidade científica insistentemente recomenda. Por isso, agora mais do que nunca, exigimos que a liderança política possa ver o "panorama geral" e entender a relação entre a economia e os serviços ambientais. Um bom projeto institucional no âmbito ambiental é a base do sucesso de políticas e de instrumentos de solução ambiental a longo prazo na escala desejada (os objetivos devem ser nacionais e não subnacionais, respondendo a compromissos internacionais visando a sustentabilidade).

A mudança no sentido de uma economia sustentada em fontes de energia renováveis, um sistema de transporte diversificado e com produção de bens materiais reutilizáveis e recicláveis é imperativa e urgente. Temos graves falhas no mercado que não nos contabiliza os custos indiretos deste sistema produtivo contemporâneo onde os custos ambientais e os estímulos e incentivos para determinados setores não são contabilizados de tal maneira que o mercado não "nos diz toda a verdade". Um sistema econômico de mercado que ignore os custos indiretos na designação de valores e preços é irracional, ineficiente e autodestrutivo.

3 Especialista convidada: Gleyse Peiter, Secretária-Executiva, Rede Nacional de Mobilização Social e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Biografia

Gleyse Peiter é Secretária-Executiva do COEP – Rede Nacional de Mobilização Social, atuando em todo território nacional na mobilização de suas mais de 1100 associadas – em 27 estados e mais de 30 municípios – e na articulação de parcerias para o combate à pobreza. Desde 2004 é conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que tem como principal objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada a todos brasileiros. Hoje, coordena o grupo de trabalho Mudanças Climáticas, Pobreza e Desigualdade, ligado ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e o Laboratório Herbert de Souza – Tecnologia e Cidadania, que tem como objetivos articular o desenvolvimento tecnológico e a inovação social para contribuir para a geração de conhecimento nos temas referentes ao modelo de desenvolvimento sustentável.

Clima e vulnerabilidades

A seguir, um resumo do artigo escrito pela especialista convidada. Para ler o artigo na íntegra, visite www.parlamericas.org.

A maior carga dos danos produzidos pela mudança climática é destinada a populações de baixa renda, segmentos sociais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. Na crise climática mundial operam mecanismos sociopolíticos que perpetuam as injustiças. Neste sentido, é fundamental se resgatar o conceito da justiça climática, que visa combater as situações de desigualdades que se instauram entre regiões e países do mundo e, dentro de cada região e cada país, entre os grupos sociais devido a um modelo de crescimento que provocou a crise climática atual.

A segurança alimentar e nutricional é um aspecto importante relacionado à mudança climática. Além de comprometer a produção de certas culturas características de algumas populações, as mudanças climáticas, podem, num curto prazo, destruir total ou parcialmente, colheitas ou inviabilizar o transporte de alimentos. Ademais, a crise climática poderá ser usada como argumento para agravar o aumento dos preços dos alimentos.

Ressalta-se ainda a importância de levar em conta as questões relativas à forma diferenciada como a mudança climática impactará a vida de mulheres e homens. Além de possuírem condições econômicas mais desfavoráveis, as mulheres, especialmente as pobres e afrodescendentes, vivem situações de vulnerabilidade que são distintas daquelas vividas pelos homens.

Por mais que os céticos climáticos afirmem o contrário, as mudanças climáticas chegaram para ficar. Como os efeitos da concentração de gases do efeito estufa são cumulativos, mesmo que todas as emissões cessassem do dia para a noite, os efeitos na atmosfera perdurariam por muitos anos. Dessa forma, faz-se premente iniciar, o mais cedo e amplamente possível, a elaboração e a implementação de políticas públicas que considerem os impactos das mudanças climáticas na vida das pessoas.

4 Recomendações

Recomendamos:

1. Incorporar a perspectiva de gênero aos processos de formação das leis. Tornar as mulheres visíveis na política e na legislação ambiental.
2. Desenvolver planos de zoneamento com normas-marco que regulamentem a exploração da mineração, de acordo a práticas e padrões de conservação do ambiente.
3. Formular políticas de agricultura orgânica e técnicas de agroecologia e de promoção de sementes nativas que gerem resistência às mudanças climáticas e advertir sobre a utilização de agrotóxicos.
4. Recomendar que seja revisado o esquema de tributário de cada país com o intuito de estabelecer que os royalties decorrentes da exploração da mineração e dos recursos naturais sejam suficientes e que sejam destinados à recuperação dos solos e dos recursos naturais.
5. Reforçar a ação e a contribuição de recursos financeiros para a organização do Tratado de Cooperação Amazônica com o intuito de que ele contribua para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a conservação da flora, mediante a implementação de políticas conjuntas para a preservação e a exploração econômica sustentável do ecossistema.

Apêndice 8 • Grupo de trabalho 2: *Segurança alimentar*

Presidente: Hugh Carl Buchanan, Membro do Parlamento (Jamaica)

1 Principias tópicos

- Problemas, avanços, limitações e inovações no âmbito da segurança alimentar
- Doenças transmitidas pelos alimentos e saúde pública na região
- Planos nacionais de ação em situações de emergência
- Experiências de êxito em programas de luta contra a fome

2 Especialista convidada: Xaviera Cabada Barrón, Coordenadora, *El Poder del Consumidor* (O Poder do Consumidor)

Biografia

Xaviera Cabada Barrón tem Mestrado em Ciências, é especialista em nutrição e promotora comunitária. É coordenadora de Saúde Alimentar do El Poder del Consumidor *A.C., trabalhou especialmente em educação popular, foi expositora em cursos, fóruns e congressos em institutos governamentais, universidades e ONGs. Colabora com trabalhadores da saúde, parlamentares, acadêmicos, ativistas e promotores comunitários. Participou como representante do México em eventos sobre consumidores (El Salvador, CDC), aleitamento materno (Índia, IBFAN), doenças não transmissíveis (Suíça, Assembleia Mundial da Saúde com* Consumers International*). Seus principais objetivos são compartilhar e construir, com e para as pessoas, soluções viáveis de saúde para melhorar a qualidade de vida.*

Impacto do modelo de consumo atual em segurança alimentar

A seguir, um resumo do artigo escrito pela especialista convidada junto com Alejandro Calvillo. Para ler o artigo na íntegra, visite www.parlamericas.org.

A segurança alimentar consta de quatro dimensões para sua plena realização: que haja uma adequada disponibilidade de alimentos; acesso aos mesmos, e isso implica que as pessoas tenham acesso aos recursos para a aquisição de alimentos adequados e nutritivos; que os alimentos tenham uma utilização biológica, isto é, que haja qualidade nos mesmos; por último, estabilidade, ou seja, que de maneira permanente, os indivíduos não corram o risco de ficar sem acesso aos alimentos como consequência de crises repentinas.

Um elemento que impediu que a população gozasse da segurança alimentar plena foi a ausência de políticas públicas efetivas em benefício da população na área de saúde alimentar. Hoje, tanto os países economicamente desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento sofrem uma epidemia de sobrepeso, obesidade e diabetes. E uma situação ainda mais grave é a dos países em desenvolvimento que sofrem a dupla carga da desnutrição e da obesidade, bem como de todas as doenças derivadas delas.

As mudanças nos hábitos alimentares baseadas na substituição de alimentos da dieta tradicional por alimentos industrialmente processados são prejudiciais em muitos sentidos: fisicamente, porque provoca dano para a saúde; emocionalmente, porque frente à presença da doença o ânimo diminui e, portanto, a pessoa se deprime ou sua autoestima se deteriora; ambientalmente, devido aos altos níveis de lixo gerados, e economicamente, porque as despesas nestes alimentos são altas. O impacto é cultural, porque alimentos e práticas ancestrais estão sendo substituídos por alimentos que não nutrem o corpo, e muito menos o

espírito. É particularmente preocupante que este fenômeno se apresenta nos locais onde não há uma infraestrutura adequada para poder compensar os efeitos nocivos que as mudanças dos hábitos alimentares geram.

É importante promover realmente na população uma melhoria dos hábitos alimentares para que, aos poucos, possa ir sendo transmitida às famílias e à sociedade toda. Para que o país seja viável sanitária e financeiramente são necessárias políticas públicas que coloquem o interesse da população acima dos interesses das corporações que buscam fortalecer seus monopólios em toda a cadeia agroalimentar, dos processos de produção (sementes patenteadas e defensivos agrícolas) até a comercialização de grãos e alimentos.

3 Especialista convidado: Dr. Hugo Melgar-Quiñonez, Diretor, *Institute for Global Food Security* (Instituto para a Segurança Alimentar Mundial), Universidade McGill

Biografia

O Dr. Hugo Melgar-Quiñonez é diretor do Institute for Global Food Security *e da* Margaret A. Gilliam Faculty Scholar *em Segurança Alimentar da Universidade McGill do Canadá, no qual ele desempenha este cargo desde 2012, após nove anos de trabalho na* Ohio State University*. Anteriormente, o Dr. Hugo Melgar-Quiñonez trabalhou como pesquisador na Universidade da Califórnia, em Davis, e no Instituto Nacional de Saúde Pública do México. O Dr. Hugo Melgar-Quiñonez é médico e tem um doutorado da Universidade Friedrich Schiller da Alemanha. Trabalhou em projetos ligados à segurança alimentar em mais de 20 países da América, África e Ásia.*

Importância das informações sobre segurança alimentar para a tomada de decisões no combate à fome

A seguir, um resumo do artigo escrito pelo especialista convidado. Para ler o artigo na íntegra, visite www.parlamericas.org.

Organizações, acadêmicos e especialistas buscaram uma medição para avaliar pelo menos alguns dos componentes da segurança alimentar. Os indicadores resultantes se focalizaram, parcialmente, em um dos denominados pilares da segurança alimentar: a disponibilidade de alimentos, o acesso aos alimentos e o uso dos alimentos. Sendo a insegurança alimentar um fenômeno tão complexo, sua medição certamente vai além da falta óbvia de alimento disponível suficiente para cobrir os requerimentos calóricos mais básicos das pessoas.

Para dar resposta à necessidade de um indicador baseado nos lares de família, em meados da década de 1990, pesquisadores dos Estados Unidos desenvolveram o Módulo Complementar de Segurança Alimentar em Lares (*HFSSM – Household Food Security Supplemental Module*), que é aplicado de forma contínua dentro do Estudo Populacional Atual. Além disso, ao permitir a classificação de lares em categorias de insegurança alimentar, o módulo HFSSM permite identificar aqueles lares que estão sujeitos a maior risco de insegurança alimentar. Desde 2007, estudos realizados na América Latina usando a ELCSA (Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar) demostram não só que as estimativas com respeito à insegurança alimentar nos lares estão associadas de maneira significativa à pobreza e ao gasto em alimentos, mas também com a qualidade da dieta e com indicadores de subnutrição nas crianças.

Graças aos resultados encorajadores gerados na América Latina, a ELCSA foi traduzida e adaptada a outras línguas (por exemplo, suaíli, chinês, árabe) e foi aplicada pela FAO em outras latitudes. A FAO lançou recentemente o projeto “Vozes dos Famintos”, que aproveita décadas de pesquisas no continente americano sobre o desenvolvimento de mensurações de segurança alimentar em base às experiências. Esse projeto levará ao estabelecimento de um novo padrão certificado pela FAO para o monitoramento da segurança alimentar que pode complementar a estimativa atual sobre segurança alimentar e que poderia ser adotado facilmente por enquetes de famílias de institutos nacionais de estatísticas, como é o caso atualmente nos Estados Unidos, no Brasil e no México.

Ao contar com um leque de instrumentos diverso para avaliar a insegurança alimentar, os programas de alimentos nacionais e locais na América Latina e no Caribe vão melhorar sua capacidade para monitorar o seu desempenho, para avaliar seu impacto, para visar melhor aqueles com maior risco de insegurança alimentar e para ter uma visão mais clara do fenômeno que estão enfrentando. Os indicadores validados cientificamente, fáceis de aplicar, de baixo custo, culturalmente adequados e que considerem um ou mais componentes da construção da segurança alimentar são muito requeridos por parte de agências e de instituições de combate à fome no continente americano e em outros continentes. A tomada de decisões e a criação de políticas adequadas para erradicar a fome estão baseadas fundamentalmente em informações precisas, mas também em informações em tempo real e atualizadas.

4 Recomendações

Perante as contundentes e irrefutáveis evidências que demonstram a preocupante tendência que atualmente se observa nos países do hemisfério, com o incremento de graves doenças como: desnutrição, subnutrição, obesidade, diabetes e outras doenças crônicas. Essas anomalias estão vinculadas aos maus e desvirtuados hábitos de consumo alimentar, que as convertem em verdadeiros problemas de saúde pública em nossos países. É por isso que exortamos os parlamentares, bem como os parlamentares adscritos à ParlAmericas, a reafirmar nosso compromisso com a segurança alimentar e nutricional e a iniciar ou continuar, com a seriedade requerida, os debates necessários no seio de nossos corpos legislativos, para fortalecer e promulgar atuais e novos instrumentos legais que nos permitam atacar as causas desses males fazendo uso das atribuições de fiscalização às políticas do órgão executivo. Nossas sugestões devem ser extensivas, como preocupação e resultado deste foro, a todos os processos de integração que hoje fazem com que a força avance em nível da América Latina e o Caribe.

Recomendamos:

1. Impulsionar uma campanha de conscientização maciça e permanente que promova uma alimentação e estilos de vida saudáveis segundo os requerimentos dietéticos das pessoas e que informe sobre que tipo de alimentação não é recomendável.

2. Promover, proteger e respeitar o direito das mulheres e dos infantes ao aleitamento materno, de acordo às recomendações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Estabelecer regulamentos que impeçam a venda e a publicidade de produtos e alimentos não saudáveis nas escolas públicas e estabelecer disponibilidade, bem como garantir o acesso à água potável para garantir o direito à alimentação.

3. Gerar mecanismos para que sejam implementados programas de agricultura familiar, escolar e comunitária que promova a produção de alimentos saudáveis e inócuos com o suporte de centros de pesquisa científica com a geração de conhecimentos aplicados ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.
4. Promover a participação e implementação do Codex Alimentar, que garanta a inocuidade dos alimentos, regulamente os ingredientes, o comércio de ¨*junk food*˙, promova a rotulagem correta e compreensível dos alimentos para evitar a importação e a comercialização de produtos de má qualidade.
5. Promover em seus respectivos parlamentos a questão da segurança alimentar e nutricional como assunto de alta prioridade para os Estados, enfatizando a necessidade de alocações orçamentárias que garantam a realização dos programas e políticas contra a fome e a insegurança alimentar.

Apêndice 9 • Reunião organizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares: *Direitos da mulher e segurança alimentar*

Presidente: Dra. Jennifer Simons, Presidente da Assembleia Nacional (Suriname)

1 Principias tópicos

- Perspectiva de gênero na gestão dos recursos naturais
- Análise e planejamento do desenvolvimento dos recursos naturais com uma perspectiva estratégica de gênero
- Mulheres e segurança alimentar sustentável

2 Especialista convidada: Dra. Cristina Tirado, Assessora em Inocuidade Alimentar, Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial de Saúde

Biografia

Durante os últimos 20 anos, a Dra. Cristina Tirado tem trabalhado nas áreas de desenvolvimento sustentável, alimentos, saúde, clima e gênero com a OPS/OMS, a FAO, organizações governamentais e não governamentais e universidades de todo o mundo. Atualmente, ela se desempenha como assessora em inocuidade alimentar para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS/OMS) e é professora adjunta da Escola de Saúde Pública da Universidade da Califórnia, Los Angeles. A Dra. Cristina Tirado é moderadora do Grupo de Trabalho Especial sobre Mudança Climática e Nutrição do Comitê Permanente de Nutrição do Sistema das Nações Unidas, é coautora do último relatório de avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC – por suas siglas em inglês), e defensora da saúde na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. A Dra. Cristina Tirado desenvolveu um programa de liderança para que as mulheres possam melhorar sua capacidade para enfrentar os desafios que a mudança climática coloca para a segurança nutricional e a saúde nos âmbitos comunitário e mundial. Ela é Doutora em Medicina Veterinária e tem um Mestrado (MS) e Doutorado (PhD) em ciências ambientais pela Universidade de Cornell. É autora de numerosas publicações e livros de pesquisa e sobre políticas.

Estratégias para melhorar a liderança das mulheres para tratar a questão da segurança alimentar e nutricional no contexto de mudança climática

A seguir, um resumo do artigo escrito pela especialista convidada. Para ler o artigo na íntegra, visite www.parlamericas.org.

Através de suas funções únicas na família e no cuidado dos filhos, no trabalho agrícola, na segurança alimentar e nutricional, na saúde, e na redução do risco de desastres, as mulheres funcionam como agentes de desenvolvimento e mudança social. A promoção de sua participação e liderança é essencial para enfrentar a mudança climática de maneira equitativa, saudável e sustentável. É de suma urgência integrar nas estratégias de adaptação o empoderamento da mulher, assim como também a segurança alimentar e nutricional e a saúde, para assim garantir o bem-estar das comunidades ante uma situação de mudança climática.

A segurança alimentar e nutricional, a saúde, a igualdade de gênero, a mudança climática e a degradação ambiental (com inclusão da perda de biodiversidade) estão intimamente relacionadas. A mudança climática e a degradação ambiental debilitam a capacidade das pessoas para sair da pobreza e comprometem o seu pleno gozo dos direitos humanos. Isto tem um impacto direto na saúde e na segurança alimentar e nutricional de milhões de pessoas, em especial das mulheres e de seus filhos.

A fim de promover sua participação na matéria, os governos devem fazer cumprir a incorporação das questões de gênero na governança a nível local, regional e nacional. A participação das mulheres pode ser melhorada em vários níveis e em diferentes setores através da promoção de processos inclusivos de planejamento, tomada de decisões, implementação, controle e avaliação das medidas e iniciativas vinculadas com a mudança climática. Os governos devem apoiar o desenvolvimento de Planos Nacionais de Clima e Gênero e a inclusão das mulheres no desenvolvimento dos Planos Nacionais de Adaptação, Planos para Medidas de Mitigação e os planos locais correspondentes.

Para que as estratégias de mitigação e adaptação à mudança climática possam dar resposta às necessidades das comunidades, devem ser elaboradas de modo tal que incluam as vozes das mulheres. A igualdade de gênero começa quando empoderamos as mulheres pobres e marginalizadas para que possam trabalhar junto a todos os membros da sociedade a fim de criar um mundo mais seguro e mais sustentável. Por sua vez, a igualdade de género beneficia a sociedade no seu conjunto e pode contribuir de maneira significativa para melhorar as estratégias referidas à mudança climática que são sensíveis à nutrição e à saúde.

3 Conferencista: Guadalupe Valdez San Pedro, Deputada, República Dominicana, e Coordenadora Regional da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e o Caribe

Biografia

Guadalupe Valdez iniciou sua atividade política quando tinha apenas 15 anos e entrou no Partido Socialista Popular, no setor estudantil, quando passou a fazer parte da Juventude Socialista do Partido Socialista. Em 1984, ela se incorporou ao Partido da Liberação Dominicana, como vice-secretária de Organização, e militou até 1991. Em 1992, iniciou a construção da Aliança pela Democracia (APD), organização política à qual pertence hoje, sendo parte da Diretoria Nacional. Sua militância apontou, fundamentalmente, à contribuição mediante metodologias participativas e à formação política, e para o desenvolvimento local, a descentralização e a governabilidade democrática. Atualmente, ela é Deputada Nacional da Republica Dominicana (2010-2016) e Coordenadora Regional da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e o Caribe. É Licenciada em Economia – cum laude, e tem um Mestrado em Educação Superior pela Universidade Autônoma de Santo Domingo e um Mestrado em Alta Direção Pública.

Compromisso político para promover os direitos da mulher e a segurança alimentar: um desafio parlamentar

A seguir, um resumo do artigo escrito pela palestrante. Para ler o artigo na íntegra, visite www.parlamericas.org.

As mulheres são agentes fundamentais na luta por alcançar a segurança alimentar uma vez que costumam ser as principais produtoras de alimentos, participam no mercado de trabalho e, também devido à distribuição do poder no interior da família e aos papéis impostos historicamente, são responsáveis pelo estado nutricional e pelo bem-estar geral de suas famílias. Elas não podem realizar estas tarefas com êxito se a sociedade não as considerar sujeitos de direito.

O problema da equidade na política decorre de um problema maior: a equidade na sociedade, nas famílias, na cultura em geral, nas atitudes. O problema da fome não existe só por falta de alimentos. Em muitos casos se deve à falta de renda, por não contar com a formação adequada para escolher uma alimentação saudável e balanceada, e, sobretudo, devido a uma distribuição dos recursos que não é equitativa.

Não se deve perder de vista que a maioria das famílias encabeçadas por mulheres se encontram nas camadas mais pobres da sociedade, devido ao acesso precário aos recursos e serviços produtivos, além da enorme carga de trabalho não remunerado, impedindo dedicar mais tempo a sua formação e às atividades geradoras de renda. Esta dimensão da pobreza conduz à insegurança alimentar e deve ser levada em conta na hora de legislar e desenhar políticas para que de uma vez e para sempre possam quebrar o círculo vicioso “fome-mulher-pobreza e exclusão”.

Nos congressos de vários países da América Latina estão sendo criadas bancadas parlamentares de mulheres visando assumir a causa dos direitos das mulheres. Propiciar uma agenda sobre segurança alimentar e os direitos da mulher neste cenário é extremamente importante para a democracia e para o desenvolvimento dos nossos países.

4 Recomendações

Recomendamos:

1. Reafirmar nosso compromisso político no combate à fome e o Direito à Alimentação, impulsionando marcos normativos que promovam os direitos humanos com o foco colocado no papel das mulheres no combate à fome e na segurança alimentar e nutricional. Promover a perspectiva da inclusão transversal e multissetorial nos âmbitos da saúde, educação, trabalho, ambiente, mudança climática e segurança social, entre outros.
2. Promover a construção de agendas legislativas e de fiscalização em questões de direito à alimentação, segurança alimentar e nutricional, bem como o desenvolvimento de marcos normativos sobre alimentação escolar, agricultura familiar, acesso à terra, mudanças climáticas, meios de comunicação e publicidade, cadastro universal de nascimentos e orçamentos sensíveis ao gênero, que garantam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em suas dimensões políticas, sociais e culturais.
3. Promover o investimento, por parte dos governos, na obtenção e construção de indicadores que permitam aos formuladores de políticas públicas garantir os direitos das mulheres em relação à segurança alimentar e nutricional.
4. Promover alianças estratégicas entre o Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas e a Frente Parlamentar Contra a Fome da América Latina e o Caribe, para impulsionar na agenda legislativa das Américas os direitos humanos, com foco especialmente colocado nos direitos das mulheres e no direito à alimentação.

5. Promover acordos nacionais entres os três poderes em favor da igualdade de gênero com o intuito de promover sistemas judiciários que garantam uma administração da justiça sem discriminação contra as mulheres, o exercício pleno de seus direitos e a proteção dos direitos das mulheres e a segurança alimentar e nutricional.

Secretaria Internacional do ParlAmericas
500 – 165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canada
☎: +1 613 594 5222
🖷 : +1 613 594 4766
info@parlamericas.org
www.parlamericas.org

Este evento recebeu apoio financeiro do Governo do Canadá através do Departamento de Relações Exteriores, Comércio e Desenvolvimento do Canadá (*Department of Foreign Affairs, Trade and Development Canada*).

Foreign Affairs, Trade and Development Canada
Affaires étrangères, Commerce et Développement Canada